

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E SUAS LEITURAS NO ESPAÇO

The countryside-field relations and readings in space

Una relación campo-ciudad y su lecturas en espacio

Flamarion Dutra Alvesⁱ

Ana Rute do Valeⁱⁱ

Universidade Federal de Alfenas - Brasil

RESUMO

Este artigo aborda a questão campo-cidade sob várias perspectivas metodológicas, fazendo um resgate da discussão conceitual e, sobretudo, as análises do ponto de vista geográfico, ou seja, a relação campo-cidade a partir da dinâmica espacial. Traremos a abordagem campo-cidade a partir de três pontos de vista: os espaços perirurbanos, o Novo Rural e Hibridismo Espacial.

Palavras-chave: rural-urbano; dinâmica espacial; Geografia.

ABSTRACT

This article addresses the question countryside-city under various methodological perspectives, making a rescue of conceptual discussion and especially the analysis of the geographical point of view, in other words, the relation countryside-city from the spatial dynamics. Approach will bring the countryside to the cities from three points of view: the spaces periruban, the New Rural and Hybridity Space.

Keywords: rural-urban; spatial dynamics; Geography.

RESUMEN

En este artículo se aborda la cuestión de campo de la ciudad en distintas perspectivas metodológicas, que hace un rescate de la discusión conceptual y sobre todo el análisis del punto de vista geográfico, es decir, el campo de relación de la ciudad de la dinámica espacial. Enfoque traerá el campo a la ciudad desde tres puntos de vista: los espacios perirurbanos, el Nuevo Rural Rural y Hibridez del espacio.

Palabras clave: rural-urbano; dinámica espacial; Geografía.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a relação campo-cidade é um tema que cresce nas ciências humanas, em especial na Geografia, pois trata das análises espaciais desse fenômeno e sua dinâmica populacional, econômica, cultural, política e ambiental. A discussão sobre a definição dos espaços urbano e rural é recorrente e leva em considerações diversos fatores estruturais e materiais ou simbólicos e imateriais.

No campo da Geografia, essa preocupação sobre a relação campo-cidade advém mais dos pesquisadores da Geografia Agrária do que propriamente da Geografia Urbana devido à tendência da urbanização e da disseminação do modo de vida urbano, transformando as áreas rurais em espaços híbridos e de disputa territorial (RUA, 2006; ALENTEJANO, 2003;

LEFEBVRE, 1999; GEORGE, 1982; SPOSITO, 2010).

Dessa forma, o ensaio teórico explorará três pontos de vistas acerca da relação campo-cidade: a dinâmica em espaços perirurbanos, a proposta do Novo Rural Brasileiro no final da década de 1990, e por fim, uma análise pela dinâmica espacial e seus conflitos territoriais. Apesar de limitarmos nessas três perspectivas, o entendimento da relação campo-cidade envolve muitos fatores que vão desde a densidade demográfica, atividades econômicas, limites político-administrativos entre outros.

DEFINIÇÕES SOBRE RURAL-URBANO / CAMPO-CIDADE

A demarcação conceitual da cidade e campo no Brasil segue o padrão dos equipamentos e

infraestruturas no espaço urbano, ou seja, tudo aquilo que não for urbano é rural. Uma análise pautada nos quesitos materiais que configuram os espaço, além de critérios políticos-administrativos para fins de urbanização e divisão de lotes e terras. Ao fazer uma leitura desses critérios, Veiga (2002, 2004) discute a definição da cidade e campo no Brasil, pelas ponderações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e questiona aos dados a respeito da urbanização, considerando que a população brasileira é menos urbana do que se imagina, visto que o IBGE leva em conta os aparelhos de infraestrutura:

Fora daqui não se usa critério administrativo para definir cidade. O mais comum é uma combinação de critérios estruturais e funcionais. Critérios estruturais são, por exemplo, a localização, o número de habitantes, de eleitores de moradias, ou, sobretudo, a densidade demográfica. Critério funcional é a existência de serviços indispensáveis à urbe. (VEIGA, 2004, p.28).

A visão dicotômica dos espaços urbano e rural permaneceu por muito tempo em vigor pelos estudiosos dessa área. A cidade mantenedora das indústrias e atividades comerciais e o campo fornecendo alimentos para a cidade, um trabalho clássico que segue essa linha é de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981)¹. O texto retrata bem essas diferenças essenciais, elencando nove características distintas e dicotômicas.

A visão dicotômica entre campo e cidade foi sendo substituída por intervenções sob vários prismas: o *continnum* entre os espaços ou a sobreposição denominado de *Rururbano*, uma

análise urbana do centro às *frangas urbanas* ou ainda o rural na cidade através da *agricultura urbana*. Assim, o estudo da relação campo-cidade tem uma expressiva diversidade teórico-conceitual e será a partir de alguns pontos metodológicos que discutiremos essa dinâmica espacial.

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE A PARTIR DOS ESPAÇOS PERIURBANOS

O crescimento urbano alcançou níveis desconhecidos ao longo do tempo, levando as cidades a expandirem seus limites físicos sobre o espaço rural, o qual possui identidade própria, modo de vida e organização socioeconômica específicos.

Esse processo, conseqüentemente, vai provocando a integração do espaço rural pela cidade, que, de acordo com Espanha (1991), ocorre por meio de duas etapas distintas: 1) crescimento compacto, em forma de anéis concêntricos, invadindo os espaços mais próximos, integrando-os à economia urbana, e 2) urbanização de áreas mais distantes. A essa segunda forma de urbanização, chamamos de difusa (ou dispersa). Conceito esse que se originou, segundo Nel-lo (1998), a partir da conexão dos "coágulos", representados pelas atividades secundárias e terciárias, mas em contato com um "mar de ruralidade" - presentes até meados do século XX -, que acabaram formando vastos espaços, onde predominam atividades e formas de vida urbanas.

Outros termos surgiram também para explicar esse processo: suburbanização (Inglaterra, Espanha e Itália), e rururbanização e periurbanização (França e Espanha). Existem

algumas diferenças com relação à definição entre os termos suburbanização e periurbanização, sendo que o segundo é consequência do primeiro. Já os termos periurbanização e rururbanização (que também aparece como rururbanização) são praticamente utilizados como sinônimos². Compreendemos que suburbanização e periurbanização ou rururbanização são, na verdade, processos consequentes da urbanização difusa.

Vale (2005) explica que a utilização da terminologia pode variar entre autores, como Steinberg (2003) e Entrena Durán (2003) que adotam o termo **periurbanização**, enquanto Berger (1980), Zárate (1984) e Fernández García (2003) preferem utilizar **rururbanização**; além de autores brasileiros, como Freyre (1982) e Coelho (1999), que se referem ao mesmo processo com a denominação de **rurbanização**.

Todavia, trataremos aqui apenas do conceito de espaço periurbano, embora também apareça na literatura como franja rural-urbana, franja urbana ou rururbana, sombra urbana, subúrbio, ex-urbano, região urbana e semi-urbano.

As áreas periurbanas seriam zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo, podendo, então, ser considerada como plurifuncionais, que se submetem a grandes e rápidas transformações econômicas, sociais e físicas, além de possuírem um dinamismo marcado pela proximidade de um grande núcleo urbano (ESPAÑA, 1991).

A plurifuncionalidade é uma característica muito importante do espaço periurbano, pois ela expressa uma realidade que o diferencia dos espaços rural e urbano. No entanto, Vale (2005,

p.82) adverte que a mistura de usos do solo não é algo exclusivo do espaço periurbano, uma vez que as práticas agrícolas em terrenos urbanos ou a implantação de indústrias em áreas rurais é bastante comum.

Ocorre que no espaço periurbano, essa mistura pode ser tão intensa, que dificulta a separação entre o que é rural (ou agrícola) do que é urbano. Isso permite que a dinâmica periurbana tenha características próprias. Aliás, consideramos a importância do periurbano muito mais pela sua dinamicidade do que pelo fato de ser um espaço rural ou urbano.

Outra forma de conceber o espaço periurbano é a de espaço vazio, reserva especulativa do solo à espera de ocupação por atividades urbanas. Assim, surgem extensas superfícies improdutivas que, muitas vezes, são tão importantes quanto a superfície urbanizada. Essa transformação dos usos do solo acaba provocando elevação nos preços dos bens ali produzidos, bem como o preço do solo. Dessa forma, a terra rural passará a ser negociada em metros quadrados e não mais em hectares. A manifestação da especulação imobiliária pode ocorrer, então, tanto na venda dos lotes quanto na sua "estocagem" para venda posterior.

A partir daí, passaremos a ter novos moradores no espaço periurbano que, segundo López Trigal (2003) se diferenciam daqueles que habitam os bairros periféricos e que, em geral, são oriundos do êxodo rural, pois tratam-se de grupos sociais que possuem origem, cultura, modos de vida e funções urbanos. Nesse caso, a motivação para a ocupação desse espaço seria a busca por melhor qualidade de vida, seja como local de residência, seja para práticas de lazer.

Entretanto, também podem residir nesse espaço habitantes de propriedades rurais (agricultores e trabalhadores rurais) que foram “engolidos” pela expansão urbana e que dedicam-se às atividades agrícolas, como é o caso dos cinturões verdes. Esse seria o meio rural “periurbano”, segundo Wanderley (2000), onde se pratica a denominada agricultura periurbana, que destina-se ao abastecimento do mercado, uma vez que existe uma “indústria hortícola e graneleira, estando situada, em grande parte nas áreas periurbanas” (NUGENT; EGAL, 2000) *apud* MONTEIRO, 2001).

Nesse sentido, percebemos claramente que está em processo no espaço periurbano a transformação da economia rural, baseada essencialmente na agricultura, em economia urbana, baseada na indústria e nos serviços. Esse fato poderia nos levar a conceber esse espaço como simplesmente um *continuum* urbano ou rural-urbano. Na realidade, Iaquina; Drescher (2002) consideram o conceito de periurbano como resultado das limitações da dicotomia rural/urbano e enfocam que existem estudiosos que argumentam que a utilização da construção dicotômica sobrevive, mas não a distinção básica entre graus de ruralidade e de urbanidade. Assim, concluem que rural periurbano e formas urbanas são termos multidimensionais desiguais que constituem um *continuum*.

Preferimos concordar com o argumento de Espanha (1991), para a qual é impossível separar, para o estudo dos modos de ocupação do solo ou a evolução demográfica, social e econômica, a cidade central e as auréolas do espaço periurbano, já que as divisões arbitrárias do

espaço impedem a compreensão dos processos de mutação social e espacial das regiões urbanas. A compreensão desse processo, passaria, então, pela ideia de que a cidade, o espaço periurbano e o espaço rural como elementos de um sistema único. Assim, o espaço periurbano deve ser analisado por meio de suas interações tanto com a cidade quanto com o espaço rural, tendo em vista o conjunto de processos econômicos e socioculturais que exercem pressões sobre o meio rural que, muitas vezes, se apresenta passivo diante delas³. A autora complementa citando Barrere (1985), para o qual o processo de urbanização do espaço rural deveria ser analisado tanto do ponto de vista rural quanto do urbano. Do ponto de vista rural, esse fenômeno pode ser considerado destrutivo, podendo ser denominado de rururbanização ou periurbanização. Já do ponto de vista do urbano, o processo denomina-se exurbanização e a ele não se atribui carga tão negativa para o espaço que o cerca (ESPAÑA, 1991, p.8).

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE A PARTIR DO “NOVO RURAL”

O entendimento da relação campo-cidade pode ser interpretado pelo paradigma do “Novo Rural”, onde adotamos as ideias de Graziano da Silva (2001) e Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002). Para estes autores o “Novo Rural” é subdividido em três matrizes essenciais (FIGURA 1):

- 1) Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
- 2) Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas a

moradia, lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; 3) Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos

especiais de mercado. (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI, CAMPANHOLA, 2002, p.39).

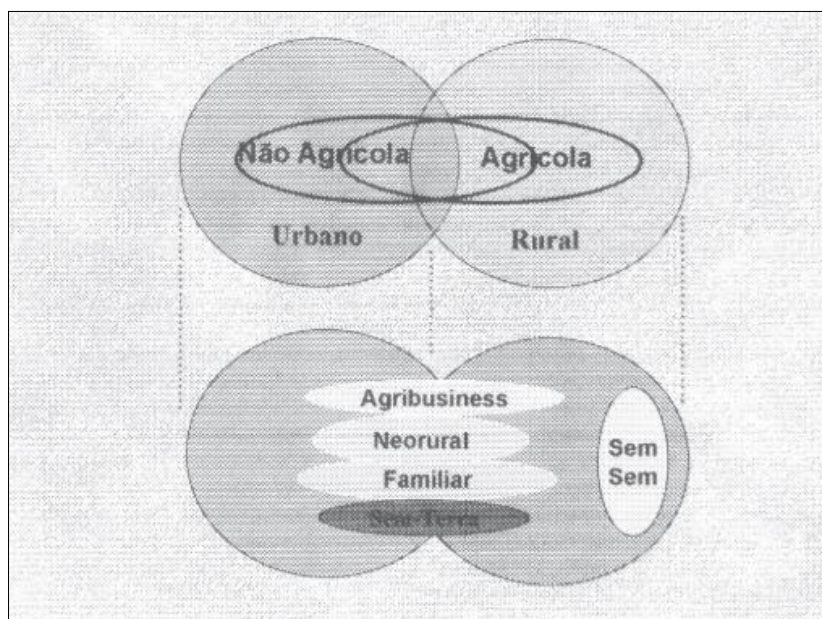


FIGURA 1 – Novo Rural proposto por Graziano da Silva (2001, p.38).

A relação dessas atividades para os autores compõem uma dinâmica enfatizada pelo viés econômico, ou seja, as atividades realizadas nos espaços determinam o processo espacial e a leitura dele. O primeiro item usado pelos autores exprime a modernização da agricultura ocorrido na década de 1960 e intensificada na década de 1990, ganhando novas formas e denominação como *Agronegócio*, *Cidades do Agronegócio* ou *Cidades do campo*.

Esse item reproduz uma visão economicista da agricultura e do campo, ou seja, a metamorfose do campo em cidade do agronegócio pelo capital das *commodities*

O segundo ponto do “Novo Rural” é a exploração das atividades ou ocupações não agrícolas, como Schneider (2003) aponta como as pluriatividades dos agricultores familiares. O agrícola não é mais suficiente economicamente em algumas regiões e trona-se necessário o incremento ou a substituição por atividades

comerciais, prestação de serviços entre outras funções no campo, a caracterização do campo nessa conjuntura é chamada da Multifuncionalidade do Espaço Rural.

É o terceiro ponto é a criação de alternativas para o rural, com produtos inovadores ou típicos da região, como por exemplo produção agroecológica, indicações geográficas entre outros.

Apesar de tão discutida e criticada essa visão do Novo Rural, ela ainda pode dar subsídios para as discussões da relação campo-cidade, sobretudo numa ótica economicista que enfoca as atividades produtivas dos agricultores.

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E O HIBRIDISMO ESPACIAL

Esta delimitação ultrapassa a visão político-administrativa salientando relações e processos sociais no espaço, independente das definições

dicotômicas dos espaços. Nesse ponto, concordamos com Rua (2006) quando reforça a ideia dos estudos numa perspectiva que ultrapassa essa limitação espacial: “que a análise balizada por recortes administrativos torna-se bem menos significativa do que as abordagens normativas insistem em apresentar. A escala da ação torna-se, cada vez mais, um elemento definidor das interações espaciais, em nosso caso, das interações do rural com o urbano” (2006, p.101).

Como alternativa de superação, destaca-se as contribuições de Paulo Roberto Alentejano (2003) que considera o rural como elemento de descrição e explicação da realidade, embora tenha mudado de significado. Para o autor, as dimensões econômicas, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra são fundamentais para definir a natureza do rural:

Assim, independentemente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida. (ALENTEJANO, 2003, p. 11)

O que vai diferenciar o urbano do rural é a intensidade da territorialidade, pois o primeiro representa relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa.

Em uma visão marxista e materialista das relações humanas e da produção do espaço,

Lefebvre (1999, p.15) defende que a sociedade urbana se consolidará com a ampliação da cidade:

A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo.

Nessa ideia da supremacia do modo de vida urbana, Pierre George (1982) já fazia projeções nos países industrializados da questão agrícola e dos desafios que estavam por vir nessa relação campo-cidade:

Nos países industriais, a época atual já pode ser qualificada como época do “fim dos camponeses”. Em outros lugares, a escassez de alimentos vem impedindo levar cada vez maiores de habitantes da zona rural para as periferias miseráveis das aglomerações urbanas tropicais. E, enquanto, de uma maneira ou de outra, os camponeses têm de abandonar a terra, o crescimento inelutável da população do globo, pelo menos até o início do século XXI, levanta um problema, o de saber se é possível “alimentar dez bilhões de pessoas”. (GEORGE, 1982, p.5).

Numa visão da metropolização do espaço, Carlos (2003) coloca um ponto de vista da urbanização do espaço pela metrópole e ausenta a discussão dos espaços rurais e de suas manifestações e socioespaciais:

A metrópole apresenta uma centralidade em relação ao resto do território, dominando e articulando áreas imensas - um espaço dominante (político) como condição da reprodução generalizada - enquanto centro de uma morfologia

hierarquizada estratificada. Do ponto de vista espacial a reorganização da sociedade inteira ganha, mais visibilidade, hoje, a partir dos centros urbanos enquanto centros de difusão da informação, do poder financeiro, econômico; centros das redes. E a metrópole é o lugar de onde se pode analisar as mudanças profundas que transformam a sociedade. (CARLOS, 2003, p.81)

Essa análise é muito generalizadora e simplista proposta por Carlos (2003), tendo em vista a dimensão territorial brasileira e da dinâmica existente no interior do país. Existe uma centralidade a partir das metrópoles, o que não ausenta o papel das cidades médias, pequenas cidades e das comunidades rurais na organização e produção do espaço.

De um ponto de vista contrário, Alentejano (2003, p.33) acredita que a sociedade urbana e a cidade não conseguiram dar a população as condições necessárias de qualidade de vida.

O fundamento do argumento apresentado ao longo deste artigo é a incapacidade da sociedade urbano-industrial, calcada nas modernas tecnologias da informática e da robótica, incluir o enorme contingente de trabalhadores que habitam hoje as periferias das cidades. A realização de uma ampla reforma agrária poderia ser capaz de reverter este quadro, possibilitando moradia, trabalho e cidadania a essa massa de explorados e excluídos, primeiro passo para a construção de uma sociedade para e pelos trabalhadores. (2003, p.33)

Na análise feita por Sposito (2010), a autora repercute a relação campo-cidade a partir da cidade, e nesse contexto parte de quatro análises: a concentração demográfica, diferenciação social, unidade espacial e

descontinuidades territoriais. Esse texto serve como suporte metodológico para as diferentes escalas de interpretação da relação campo-cidade.

CONSIDERAÇÕES

A partir disso, a relação campo-cidade na organização e produção do espaço deve ser norteadas por segmentos distintos de análise, sejam economicistas, culturalistas, demográficos, ambientais ou sociais. O conceito de espaço geográfico é muito rico para essas discussões e reter dicotomicamente rural e urbano não dá suporte para o entendimento dessa complexidade da melhor forma. Limitar a análise de um ponto de vista metropolitano é muito pobre para entender a realidade de lugares remotos e pouco influenciados pelas regiões metropolitanas, nesses lugares o rural determina o ritmo de vida da população rural e urbana, além de manter as questões culturais e de identidade territorial presentes independente do grau de urbanização.

O esforço de tentar superar a questão político-administrativa do urbano e rural é uma tarefa difícil, mas que merece mais questionamentos e debates, não é um assunto encerrado e por isso, faz-se necessário rever metodologias referentes a definição da cidade, rever pontos de vista que delimitam o campo com um subproduto da cidade, ou seja, uma reprodução da cidade ou metrópole.

NOTAS

ⁱ Geógrafo; Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Professor da

Universidade Federal de Alfenas (Unifal); Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL-MG).

E-mail: dutrasm@yahoo.com.br

ii Geógrafa; Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Professora da Universidade Federal de Alfenas (Unifal); Pesquisadora do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL-MG).

E-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

¹ O texto original foi publicado em 1930.

² Mas variam de país para país e, até mesmo, de autor para autor.

³ Isto não significa, no entanto, que não existam agricultores opositores dessa invasão do campo pela cidade e que reclamem aos poderes públicos medidas para limitar tal crescimento, tanto por meios individuais, quanto por meio de sindicatos ou outras formas associativas.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. *Terra Livre*. n. 21, 2º sem, p.25-39, 2003.

ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. *Geografia Ensino & Pesquisa*. v. 16, n. 3, p.7-18, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização. *Revista Território*, ano VII, n. 11, 12 e 13, 2003.

CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultura e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade? In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO. 2. *A dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2001. p.1-16.

ESPAÑA, Elisabeth Delios. *La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya*. Valencia: Universidad de Valencia, 1991.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Contribuição metodológica ao debate da Geografia Agrária. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 14, p.45-52, 1991.

GEORGE, Pierre. *Geografia Rural*. São Paulo: DIFEL, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. *Caderno de Ciência e Tecnologia*, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002.

IAQUINTA, David L.; DRESCHER, Axel W. Defining the peri-urban: rural-urban linkages and institutional connections. *Land Reform: land settlement and cooperatives*, n. 2, 2002, p.8-24. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/003/X8050t/X8050T03.pdf>

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo. Ciudades y periferias sostenibles. Una revisión de conceptos y enfoques aplicados a España y Catilla y León. *Geoinova*, n. 7, p.59-74, 2003.

MONTEIRO, Ana Vitória Martins. Agricultura Urbana e Periurbana: Questões e perspectivas. *Informações Econômicas*, v. 32, n. 6, p.39-44, 2002. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=52>

NEL-LO, Oriol. Los confines de la ciudad sin confines. Estructura urbana y límites administrativos en la ciudad difusa. In: MONCLÚS, Francisco J. *La ciudad dispersa - Suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona:

Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. p. 111-142.

RUA, João. Resignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE*, ano 2, n. 2, p. 45-66, 2005.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-Território*, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, 2003.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.C.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. (Org). *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130.

VALE, Ana Rute. *Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2005. 214f.

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas - São Paulo: Editores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. *Ciência & Cultura*, v. 56, n. 2, p.26-29, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 2, p. 29-37, 2000.